CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

PROCESSO CEE Nº 1357/76

INTERESSADO : FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DE SÃO CARLOS

ASSUNTO : Transferência de escola do sistema federal de ensino para
o do Estado de São Paulo

RELATOR : Conselheiro ALPÍNOLO LOPES CASALI

PARECER CEE Nº 705 /77 - CTG - Aprov. em 17 / 08 /77

I - RELATÓRIO

I - HISTÓRICO

A fundação Educacional de São Carlos, em ofício protocolado em data de 26 de novembro de 1976, comunicou e solicitou ao Conselho Estadual de Educação o que segue:

a - A Escola de Educação Física de São Carlos, mantida por pessoa jurídica de direito privado, vinculou-se ao sistema federal de ensino.

b - a semelhança do que ocorrera com a Escola de Biblioteconomia e Documentação de São Carlos, a Fundação a incorporou ao seu patrimônio.

c - A incorporação foi levada ao conhecimento do Conselho Federal da Educação. Em resposta, o Conselho informou que, conforme preceitua o artigo 15 da Lei nº 4.024, de 1961, artigo 2º da Portaria nº 73 o Parecer nº 2256/74, ambas desse Colegiado, por se tratar a incorporação de uma Fundação de direito público, de âmbito municipal, deveria diregir-se ao Conselho Estadual de Educação, de São Paulo, no caso, competente para aprovar a incorporação da mencionada Escola.

d - Assim solicitava tomasse conhecimento o Conselho Estadual de Educação da incorporação da Escola de Educação Física de São Carlos, em idêntica situação à da incorporação da Escola de Biblioteconomia e Documentação de São Carlos, de acordo com o Parecer CEE nº... 2251/75.

A Fundação transcreveu, em seu ofício, o texto do que declara haver recebido do Conselho Federal de Educação, sem que, entretanto, haja mencionado o seu signatário.

2. APRECIÇÃO

I. Por meio do Parecer CEE nº 2251/75, oriundo de voto da lavra da nobre conselheiro Paulo Nathanael, o Conselho estadual de Educação aprovou, a requerimento da Fundação Educacional de São Carlos, a incorporação, por esta, da Escola de Biblioteconomia e Documentação de incorporação e, em consequência sua transferência do sistema federal de ensino para o do Estado de São Paulo.

PROCESSO CEE Nº 1357/76

PARECER CEE Nº 705/77

fls. 2

Pela leitura do citado Parecer, sabe-se que a Fundação Educacional de São Carlos é pessoa jurídica de direito público, criada pela Lei Municipal nº 6.890, de 29 de dezembro de 1971, com as alterações mencionadas nas Leis Municipais nºs. 6.923 e 966, respectivamente, de 16 de março e 30 de maio de 1972. Sua finalidade é a de criar, organizar, instalar e manter estabelecimentos de ensino, pesquisa e de estudos em todos os graus e ramos do saber.

2 - Preliminarmente, deve-se conhecer o disposto na legislação sobre a transferência de estabelecimentos isolados de ensino superior de um para outro sistema.

Ao final, concluir-se-á que a transferência de estabelecimentos isolados de ensino superior de um para outro sistema é um efeito. A causa consiste em uma alteração havida na natureza jurídica da mantenedora. Isso resulta da norma legal, segundo a qual integram o sistema federal de ensino as universidades e estabelecimentos isolados da União ou mantidos por pessoas jurídicas de direito privado, enquanto se sujeitam aos sistemas estaduais as universidades e estabelecimentos isolados oficiais do Estado e Municípios, além dos mantidos por autarquias de regime especial estadual ou municipal, bem assim por fundação de direito público, também denominadas autarquias fundacionais. A propósito, não será demais recordar que o sistema federal de ensino se estende por todo o território nacional, ao passo que os estaduais ao circunscrevem aos territórios dos respectivos Estados-membros.

2.1 - A primeira norma legal que se nos apresenta e a da alínea "d" do artigo 9º da Lei nº 4.024, de 1961. Em virtude da mesma, compete ao Conselho Federal de Educação "opinar sobre a incorporação de escolas ao sistema federal de ensino, após a verificação de recursos financeiros".

É pacífico que a norma legal concerne à incorporação, pelo Poder Público, de escola oficial de Estado, Município, autarquias de regime especial, ou mantida por fundações de direito público, vinculada a um sistema estadual, bem como por pessoas jurídicas de direito privado.

Efetivada a incorporação, a escola será transferida para o sistema federal de ensino, integrando a rede dos estabelecimentos oficiais da união.

2.2 - A seguir, ainda na Lei nº4.024, de 1961, há o artigo 114, que dispõe: - "A transferência de instituto de ensino superior, - de um para outro mantenedor, quando o patrimônio houver sido constituído no todo ou em parte por auxílios oficiais, so se ofetivara, depois de aprovada pelos órgãos competentes do Poder Publico, de onde provierem os recursos, ouvido o respectivo Conselho de Educação".

A transferência de escola ocorrerá do sistema federal do ensino para um dos sistemas estaduais, ou de um destes sistemas para aquele. Conquanto viável, a transferência de escola de um para outro sistema estadual será porém raridade.

2.3 - No âmbito do sistema do Estado de São Paulo, a Lei nº 10.403, de 06 de julho de 1971 o artigo 2º, no inciso XV, dispõe que compete ao Conselho Estadual de Educação "pronunciar-se sobre a incorporação, ao Estado, de escolas de ensino superior de um para outro mantenedor, quando o patrimônio houver sido constituído, no todo ou em parte, por contribuições do estado, do Município ou da União".

É pacífico que, no inciso XV do artigo 2º, a Lei nº 10.403 reproduziu as disposições da alínea "d" do artigo 9º e do artigo 114 da Lei nº 4.024, de 1961.

2.4 - O artigo 15 da Lei nº 4.024, de 1961, não concerne à transferência de escola de um para outro sistema ou de um mantenedor para outro, vinculado cada qual a um sistema de ensino. Diz ele: - "Aos Estados que, durante 5 anos mantiveram universidade própria, com funcionamento regular, serão conferidas as atribuições a que se refere a letra "b" do artigo 9º, quanto aos estabelecimentos por eles mantidos, como quanto aos que posteriormente sejam criados". E, conforme a alínea "b" de artigo 9º, compete ao Conselho Federal de Educação "decidir sobre o reconhecimento das universidades, mediante a aprovação dos seus estatutos e dos estabelecimentos isolados de ensino superior, depois de um prazo de funcionamento regular de, no mínimo, dois anos."

Mais pertinente para uma aplicação analógica, seria a citação, deta venia, do artigo 47 da Lei nº 5.540, de 1965, com a redação que lhe deu o Decreto-Lei nº 842, de 1969.

2.5 - É bem de ver que, na legislação do ensino, através das disposições mencionadas, nada há especificamente aplicável à transferência de escola, a princípio, vinculada ao sistema federal de ensino, porque mantida por pessoa jurídica de direito privado (art. 16, I, do Código Civil, art. 42 da Lei nº 5.540, de 1968), sujeita-se, a seguir, a um sistema estadual, em virtude de sua transferência para nova mantenedora, pessoa de direito público, seja Estado, Município, autarquias de regime especial estaduais ou municipais, fundações de direito público estaduais ou municipais.

2.6 - É exato porém que o Regimento do Conselho Federal de Educação, aprovado pelo Decreto nº 64.902, de 29 de julho de 1969, dizia competir ao Plenário "deliberar sobre a transferência de instituto de ensino superior de um para outro mantenedor" (art. 3º, inciso XIII).

Não há dúvida de que a norma regimental era ampla, genérica abrangia todos os casos de transferência de escola, inclusive portanto o de que trata o presente protocolado e proposto no item anterior.

2.7 - Todavia, ao deliberar sobre o pedido da Fundação Educacional de São Carlos, a propósito da incorporação da Escola de Biblioteconomia e Documentação de São Carlos e a sua conseqüente transferência para o sistema estadual de São Paulo, o Conselho Federal de educação, através do Parecer nº 2256/74, pragmaticamente, restringiu a aplicação da norma regimental à transferência de escola de outro sistema para o sistema federal. Em conseqüência, remeteu aos Conselhos estaduais de Educação competentes o exame da legalidade da mudança havida em relação a mantenedora e o conveniência da transferência da escola.

Do Parecer, destaque-se o seguinte:

"Ora, tratando-se de uma fundação de direito público, do âmbito municipal (a nova mantenedora, no caso a Fundação), quem deve dizer, da conveniência ou não da incorporação de uma escola de entidade de direito privado, é o Conselho de Educação do Estado de São Paulo..."

"O desligamento da Escola de Biblioteconomia e Documentação da jurisdição do Conselho Federal de Educação é pura e simples conseqüência da incorporação aprovada pelo Conselho de Educação do Estado de São Paulo, se aquele Colegiado julgar conveniente" ("Documenta", nº 165/218).

2.8 - Ainda que não o tenha afirmado expressamente, está subjacente no Parecer a conclusão de que permanecerá vinculado ao sistema federal de ensino o estabelecimento isolado de ensino, até a efetiva aprovação de sua transferência para o novo sistema, no caso o do Estado de São Paulo.

3. Com fundamento no Parecer CFE nº2256/74, é que o Conselho Estadual de Educação, através do Parecer CEE nº 2251/75, aprovou a incorporação daquela Escola pela Fundação educacional de São Carlos e a vinculou ao sistema estadual de ensino.

4. Sucede porém que é o atual Regimento do Conselho Federal de Educação, aprovado que foi pela Portaria Ministerial nº 544, de 24 de outubro de 1975. E segundo seu artigo 15, inciso XXXVII, compete ao Colegiado "opinar sobre a transferência de instituto de ensino superior, sujeito à sua jurisdição, de um mantenedor para outro" (Documenta, nº 180/71). Grifos nossos.

Em "Documenta", não há deliberação do Conselho Federal de Educação que especificamente interpreta o disposto no inciso XXXVII do artigo 15 do atual Regimento. Isto significa que o pensamento inscrito no Regimento é claro, inequívoco. E é mesmo. A norma regimental, até prova em contrário, diz respeito a transferência de escola de um para outro mantenedor "dentro", porém, do sistema federal de ensino.

5. A transferência da escola de sistema federal para um estadual, devido a transferência de um para outro mantenedor, continua, todavia, sujeita à norma do Parecer CEE nº 2256/74, até deliberação ulterior do egrégio Colegiado Federal.

Embora não figure no requerimento dirigido ao Conselho pela Fundação Educacional de São Carlos a data do ofício que lhe enviou o Colegiado federal, presume-se que este tenha sido expedido em mês de ano de 1976, vigente pois o novo Regimento.

Essa presunção corrobora a conclusão anterior.

Considoro-se ademais os termos do Parecer CFE nº 29/77.

Desejando desligar duas autarquias de regime especial (duas faculdades) de seu controle, e prefeitura Municipal, de determinado Estado, criou uma fundação de direito privado, transferindo-lhe os encargos de manutenção dos dois estabelecimentos isolados de ensino superior. Submetido o pedido de aprovação de transferência ao Conselho Federal de Educação, este, no Parecer CFE nº 29/77, frisou:

"A Prefeitura dirige-se ao Conselho Federal de Educação, solicitando homologue a transferência que, uma vez consumada, fará cessar a atuação das autarquias. Nesses casos de transferência de mantenedora da área do Poder Público, interessa ao Conselho Federal de Educação examinar a regularidade dos atos de transferência e a idoneidade e capacidade de mantenedora proposta, que vai trazer os estabelecimentos para sua "jurisdição". ("Documenta", nº194/379). Grifos nos-
sos.

Sem dúvida o Parecer ressalva implicitamente a competência dos Concelhos Estaduais de Educação nos casos do que trata o parecer CFE nº2256/74.

À vista do exposto e a despeito das omissões do requerimento a Fundação Educacional de São Carlos, tem-se o Conselho Estadual de Educação como competente para conhecer e deliberar sobre o pedido de aprovação da incorporação, pela Fundação, da Escola de Educação Física de São Carlos.

7. Não se deve equiparar, quanto a exigências, a um estabelecimento isolado de ensino superior que pretenda autorização para funcionamento inaugural aquele outro que, autorizado a funcionar noutro sistema de ensino, às vezes até reconhecido, deva transferir-se para o sistema de ensino do Estado de São Paulo, em consequência de modificação havida no que concerne à natureza jurídica do mantenedor.

Todavia, algo precisa ser exigido.

Não há norma legal que constranja um sistema de ensino a aceitar a transferência de quaisquer instituições escolares até este vinculadas a um outro sistema, independentemente do levantamento e diagnóstico situação legal e idoneidade do novo mantenedor, da situação da instituição escolar não apenas no sistema de ensino de onde procede, mas também sobre os vários prismas em que um estabelecimento isolado de ensino superior pode e deve ser examinado e avaliado.

Aí estão os Pareceres nºs 2256/74 e 29/77 a corroborarem a assertiva. E o primeiro deles faz remissão à Portaria nº 4/62, do Conselho Federal de Educação, que estabeleceu normas para a autorização de funcionamento e reconhecimento de estabelecimentos isolados de ensino superior no sistema federal, como repositório de orientação para o levantamento e diagnóstico da situação dos estabelecimentos de ensino e dos mantenedores, que irão trazê-los para o novo sistema.

8. No citado Parecer CEE nº 221/75, aprovado por deliberação do Plenário, em 17 de janeiro de 1975, o seu Relator, o nobre Conselheiro Paulo Nathanael fixou, com felicidade, normas para o exame e avaliação de pedido de aprovação de transferência de estabelecimento isolado de ensino superior do sistema federal para o do Estado de São Paulo, como efeito de alteração havida no mantenedor.

3.1 Explicitando alguns subjacentes entre os expressamente mencionados e acrescentando outros ao elenco do Parecer CEE nº 221/75, consideram-se como necessários ou convenientes, pelo menos, os seguintes elementos, a luz dos quais devem ser examinados e deliberados os pedidos no sistema de ensino do Estado de São Paulo:

- 1 - Comprovante da situação legal do mantenedor no sistema de ensino em que funcionou o estabelecimento isolado.
- 2 - Comprovante da autorização de funcionamento ou de reconhecimento do estabelecimento de ensino no sistema de onde se transfere.
- 3 - Exemplar do regimento anteriormente aprovado pelo Conselho de Educação competente e seus anexos.

- 4 - Relação dos professores de disciplinas aprovados pelo Conselho de Educação do sistema de ensino de onde se transfere o estabelecimento.
- 5 - Demonstração de que dispõe de edifício escolar adequado, exibidas planta do terreno e planta baixa do edifício.
- 6 - Relação do equipamento didático a acervo da biblioteca.
- 7 - Comprovante de capacidades financeira.
- 8 - Comprovante da regularidade de transferência de mantenedor sob o prisma legal, inclusive no tocante ao disposto no artigo 114 da Lei nº 4.024, de 1961, quando for o caso.
- 9 - Comprovante da nomeação de Diretor e Vice-Diretor.

8.2 Instruído o pedido de aprovação de transferência com os elementos arrolados, por iniciativa do requerente ou devido a diligência para ultimar a deliberação sobre o mérito do pedido, caberá ao Conselho Estadual de Educação, por sua Câmara do Ensino do Terceiro Grau, determinar, a seu critério, se proceda a uma verificação local de estabelecimento, ou solicitar informações à Delegacia Regional do Ministério da Educação e Cultura.

8.3 Se aprovado o pedido de transferência, o Conselho Estadual de Educação, à vista do que há implícito no Parecer CFE nº 2.256/74, dará conhecimento ao Conselho Federal de Educação da sua deliberação.

Há providências de natureza administrativa a serem adotadas no âmbito do sistema federal de ensino, tanto por aquele egrégio Colegiado, quanto pelo Ministério da Educação e Cultura na área do Departamento de Assuntos Universitários.

9. Documentos há nos autos do presente protocolado que denunciam a precipitação com que a escola Superior de Educação Física adotou e executou atos escolares, como se a transferência de sistema já houvesse sido efetivado.

Não se explica o aodamento. Por sua direção ou pela da Fundação Educacional de São Carlos, a Escola ignora o Parecer CEE nº. 221/73, referente a Escola de Biblioteconomia e Documentação de São Carlos, Mantida pela citada Fundação.

Se aprovada a transferência para o sistema estadual de ensino, a Escola de Educação Física de São Carlos deverá submeter à consideração do Conselho Estadual de Educação os atos escolares praticados por sua deliberação unilateral.

10. O requerimento da Fundação não está devidamente instruído, por impossível o exame do seu mérito.

II - CONCLUSÃO

A Fundação Educacional de São Carlos, mantenedora da Escola de Educação Física de São Carlos, deverá requerer ao Conselho Estadual de Educação a aprovação de transferência do sistema federal do ensino para o do Estado de São Paulo, observando no que couber o disposto no presente Parecer. Enquanto a transferência não for aprovada por este Colegiado, a Escola continuará vinculada ao sistema federal de ensino.

São Paulo, 02 de agosto de 1.977

a) Consº ALPÍNOLO LOPES CASALI - Relator

III - DECISÃO DA CÂMARA

A Câmara do Ensino do Terceiro Grau adota como seu parecer o Voto do Relator.

Presentes os nobres Conselheiros: Alpínolo Lopes Casali, Celso Volpe, Dalva Assumpção Soutto Mayor, Eurípedes Malavolta, Henrique Gamba, José Antônio Trevisan, Luis Ferreira Martins, Paulo Gomes Romeo e Paulo Nathanael Pereira de Sousa.

Câmara do Terceiro Grau, em 10 de agosto de 1.977

a) Conselheiro PAULO GOMES ROMEO - Presidente

IV - DELIBERAÇÃO DO PLENÁRIO

O CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO aprova, por unanimidade, a decisão da Câmara do Ensino do Terceiro Grau, nos termos do Voto do Relator.

Sala "Carlos Pasquale", em 17 de agosto de 1.977.

a) Consº MOACYR EXPEDITO M. VAZ GUIMARÃES - Presidente